



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Graduação em Relações Internacionais

Stephany Fernandes de Brito Bezerra

**OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE O BEM-ESTAR NA
AMÉRICA LATINA**

João Pessoa, PB

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STEPHANY FERNANDES DE BRITO BEZERRA

**OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE O BEM-ESTAR NA
AMÉRICA LATINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a conclusão do Curso de
Graduação em Relações
Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi

João Pessoa, PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574e Bezerra, Stephany Fernandes de Brito.

Os efeitos da globalização sobre o bem-estar na América Latina / Stephany Fernandes de Brito Bezerra. - João Pessoa, 2018.

50 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. globalização; comércio; bem-estar; desenvolvimento.

I. Título

UFPB/BC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,5, o Trabalho de
Conclusão de Curso

"Os efeitos da globalização sobre o bem-estar na América Latina"

Elaborado por

Stephany Fernandes de Brito Bezerra

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharela em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Italo Fittipaldi – UFPB (Orientador)

Prof.^a. Dr.^a. Elia Elisa Cia Alves – UFPB

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - UFPB

João Pessoa, 12 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela capacidade intelectual por ele concedida, assim como o seu cuidado e amor incondicional derramado sobre mim.

Aos meus pais, irmão e família pela sua total entrega em prol da minha formação acadêmica e cidadã, por acreditarem no meu potencial e capacidade, além de seu completo suporte na minha incessante empreitada pela realização dos meus sonhos.

Sou extremamente grata ao meu professor orientador Dr. Ítalo Fittipaldi pelo incentivo, suporte e orientações para a idealização e realização deste trabalho. Sem o mesmo, este trabalho não teria sido possível. Agradeço também à professora Dra. Elia Cia por despertar meu interesse sobre o tema deste trabalho e me auxiliar durante a sua elaboração.

Agradeço aos professores do Departamento de Relações Internacionais da UFPB que têm construído juntos uma graduação de excelência e aportaram inmensamente ao meu desenvolvimento intelectual e profissional. Certamente levarei seus ensinamentos para o resto da minha carreira.

RESUMO

Esta monografia se insere na temática mais ampla de globalização, cujo estudo se intensifica a partir da década de 1980. A globalização econômica, tratada neste trabalho, tem conquistado apoio e críticas ao longo dos anos. As críticas apontam para a incompatibilidade do aprofundamento do processo de globalização econômica com a promoção mais ampla do bem-estar, principalmente para países em desenvolvimento. A partir de contradições na condução histórica do processo de integração da América Latina, sendo algumas iniciativas de cunho “liberal” e outras “desenvolvimentistas”, este trabalho buscou analisar os efeitos da globalização econômica em sua dimensão comercial sobre o bem-estar, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dos países da região. A análise foi realizada a partir de dados de dezoito países da América Latina entre os anos de 2001 e 2015 compilados pela autora, utilizando um modelo de regressão com dados em painel aplicando o método dos momentos generalizados (GMM). Os resultados obtidos pela pesquisa confirmam o argumento pró liberalização comercial, demonstrando que a abertura possui impacto positivo sobre o IDH dos países analisados.

Palavras-chave: globalização; comércio; bem-estar; desenvolvimento; liberalismo.

ABSTRACT

This study inserts itself in a broader theme of globalization, whose study has intensified since the 1980s. Economic globalization, treated in this study, has gained support and criticism over the years. Critics point to the incompatibility of amplification of economic globalization and the wider promotion of well-being, especially in developing countries. Based on contradictions in the historical development of the Latin American regional integration process, with a mix of initiatives considered "liberal" and other "developmentalist", this work sought to analyze the effects of economic globalization in its commercial dimension on well-being, measured by the Human Development Index (HDI) of the countries in the region. The analysis was carried out from a self-compiled data panel for eighteen Latin American countries between 2001 and 2015 using a regression model with panel data applying the generalized moments method (GMM). The results obtained by the research confirm the argument for trade liberalization, demonstrating that the opening has a positive impact on the HDI of the countries analyzed.

Keywords: globalization; trade; welfare; development; liberalism.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Globalização e bem-estar: quais as evidências?.....	14
1.1 Globalização: do processo histórico a uma definição.....	14
1.2 Da promoção do bem-estar: uma recuperação histórica.....	16
1.2.1 Do Estado de bem-estar ao Estado neoliberal.....	16
1.2.2 Bem-estar como desenvolvimento.....	19
1.3 Perspectivas sobre a globalização como promotora do desenvolvimento.....	20
1.3.1 Em defesa do livre-comércio.....	21
1.3.2 Críticas ao livre-comércio.....	23
1.3.3 Um balanço.....	26
CAPÍTULO 2: Mensurando o bem-estar: O caso do Índice de	
Desenvolvimento Humano.....	28
2.1 Da criação e evolução.....	28
2.2 Do cálculo.....	30
2.3 Dos dados.....	32
CAPÍTULO 3: Testando a teoria.....	37
3.1 Variáveis e suas fontes.....	37
3.2 Modelo Empírico.....	38
3.3 Resultados e Interpretação.....	40
3.4 Considerações finais.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA	Alternativa Bolivariana das Américas
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GMM	<i>Generalized Moments Method</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MQO	Mínimos quadrados ordinários
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB	Rendimento Nacional Bruto
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
WITS	<i>World Integrated Trade Solutions</i>

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1	Elementos do IDH	30
Quadro 1	Média de crescimento anual IDH por região	22
Quadro 2	Argumentos a favor e críticas ao livre-comércio	26
Quadro 3	Valores para cálculo do IDH	31
Quadro 4	Causalidade esperada das variáveis	35
Quadro 5	Descrição das variáveis	40
Gráfico 1	IDH global por regiões de 1990 a 2015	23
Gráfico 2	Densidade de Kernel IDH 2001 e 2015	32
Gráfico 3	Boxplot IDH 2001 e 2015	33
Gráfico 4	Trajetória IDH por País	34
Gráfico 5	Índice do IDH, por País, para os Anos de 2001 e de 2015	35
Gráfico 6	Dispersão – Abertura Comercial e IDH em 2001	36
Gráfico 7	Dispersão – Abertura Comercial e IDH em 2015	37
Gráfico 8	IDH em <i>Nível</i> e em <i>Primeira Diferença</i> .	39
Gráfico 9	Dispersão de População e IDH em 2001	42
Gráfico 10	Dispersão de População e IDH em 2015	43
Tabela 1	Resultados	40

Introdução

A palavra globalização era pouco utilizada antes dos anos 1980, mesmo no âmbito acadêmico. Porém, atualmente é quase impossível abrir algum jornal e não encontrá-la (ERIKSEN, 2007). A globalização é estudada em uma gama de áreas de conhecimento diferentes como a Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Geografia, Direito, Educação, Economia, Relações Internacionais, entre outros. Debruçar-se sobre toda a literatura produzida acerca da globalização desde então consiste em um esforço homérico.

A explosão na quantidade de estudos produzidos a respeito desse tema é reflexo das grandes transformações que impactaram a sociedade nas últimas décadas. Combinado com as experiências diárias de consumir produtos produzidos em diversas partes do mundo, de comunicar-se com amigos, familiares, ou colegas de trabalho em outro país por telefone ou e-mail, ou de escutar músicas no rádio em um idioma distinto do próprio, o disseminado emprego do termo amplifica a percepção de que o mundo é extremamente conectado.

Três acontecimentos das últimas décadas do século XX ajudam a explicar essa repentina febre a respeito da globalização. Um deles é o fim da Guerra Fria entre os anos 1989 e 1991, que acabou com a disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética em relação aos sistemas capitalista e socialista. A dicotomia existente desde os anos 1940 tornava difícil analisar questões globais sem observar essa oposição de interesses. O desmantelamento do sistema soviético trouxe a percepção da vitória do capitalismo de mercado e a existência de um único bloco (FUKUYAMA, 1992).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vários países passaram a reivindicar sua soberania e a travar guerras com o fim de tornarem-se independentes de seus colonizadores, no bojo de movimentos de descolonização. Este processo desencadeou um crescimento no número de Estados no sistema, com consequente aumento da interdependência econômica (NYE JR, 2009).

Junto a estes acontecimentos estão os avanços tecnológicos, principalmente ligados às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Invenções como o telefone celular, que possibilita fazer ligações telefônicas com maior mobilidade, assim como a Internet, tornaram as redes de comunicação mais rápidas e densas, transformaram as relações humanas e as formas de fazer negócios.

Apesar das várias definições e aspectos abordados na literatura a respeito da globalização, trataremos especificamente da globalização econômica, que nas palavras de Bhagwati (2004, p.3) consiste na “integração das economias nacionais em uma economia

internacional através do comércio, do investimento estrangeiro direto, fluxos de capital de curto prazo, fluxo internacional de trabalhadores e pessoas em geral e fluxos de tecnologia”. Devido a amplitude do termo é necessário especificar qual componente será analisado. Para fins deste trabalho estudaremos apenas a dimensão comercial da globalização econômica.

A globalização econômica é frequentemente denominada de globalização neoliberal, pois propaga valores e crenças ancorados nessa corrente econômica. Esta, por sua vez, atrai defensores que crêem na sua capacidade de fomentar o progresso e o bem-estar, assim como críticos, que a enxergam como um entrave para o alcance desses objetivos. Esta dicotomia permeia a evolução dos processos de integração regional latino-americanos.

Paralelamente à ascensão do processo de globalização, observou-se também a ampliação de uma agenda de cooperação no âmbito das relações econômicas internacionais, decorrente da necessidade de buscar novas parcerias e alternativas para as mais frequentes crises do capitalismo global (KRASNER, 1995). Assim, ganharam força os movimentos de integração econômica regional, que possibilitariam maior respaldo e poder de barganha, principalmente para os países em desenvolvimento, nas negociações internacionais.

Estas iniciativas na América Latina “na ausência de títulos mais adequados, poderiam ser denominadas de ‘liberal’ e ‘desenvolvimentista’” (CIA, 2012, p. 3). A linha liberal objetiva a redução das barreiras comerciais e estabelecimento de zonas de livre comércio entre as partes. Ao decorrer dos anos 1990 houve uma predominância de arranjos regionais de caráter liberal, o regionalismo aberto, com forte disseminação dos acordos de livre comércio e o início das negociações da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) liderada pelos Estados Unidos.

Com a virada do século, é possível perceber uma alteração no caráter desse processo integracionista. As políticas de cunho liberal passaram a ser questionadas com a ascensão de novas lideranças e a oposição ao projeto da ALCA, visto como imperialista, que serviria apenas aos interesses estadunidenses em detrimento dos países da região.

A agenda regional ampliou seu escopo para além de temas estritamente comerciais e passou a preocupar-se com outras dimensões do desenvolvimento nos países da região. Temas como “infraestrutura, energia, financiamento, integração produtiva, meio ambiente, combate à pobreza e à exclusão social, segurança, educação, cultura e ciência e tecnologia” ganharam relevância (CIA, 2012, p.4).

Decorrente desse movimento criou-se a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) em 2004, liderada pela Venezuela de Hugo Chávez, que detinha uma visão crítica

às políticas econômicas liberais e à influência estadunidense na região. Em 2008 estabeleu-se a União de Nações Sul-Americanas, UNASUL, um projeto de integração social e política, além de econômica, entre os países da América do Sul.

Contudo, em 2012 observamos a criação de um novo bloco econômico regional, a Aliança do Pacífico, entre México, Chile, Perú e Colômbia. Com base na experiência asiática, estes países buscam melhorar o desempenho de suas economias através de maior abertura comercial, principalmente com o continente asiático, para assim facilitar o crescimento econômico, fomentar emprego e viabilizar o bem-estar coletivo (ARÉVALO, 2014).

Esta iniciativa trouxe à tona o debate existente na região entre políticas de cunho liberal e desenvolvimentistas como formas de promoção de bem-estar. É ao redor deste debate que centra-se este trabalho. Buscamos contribuir para a literatura respondendo à seguinte pergunta:

(1) Quais são os efeitos da globalização sobre o bem-estar dos países da América Latina?

Buscaremos responder a essa pergunta de forma empírica utilizando um modelo de regressão com dados em painel com o método dos momentos generalizados (GMM) em dois estágios. Análises similares já foram realizadas por Sapkota (2011), Mbabazi (2017), Nourzad e Powell (2003) Ramzi e Yavari (2013) e Kabadayi (2013) para séries de países distintos. Todos estes trabalhos obtiveram resultados positivos sobre os efeitos da abertura comercial sobre o bem-estar. Fazendo eco a estes resultados, a hipótese adotada para este trabalho é que a abertura comercial terá efeito positivo sobre o bem-estar.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro está dividido em três subseções que consistem em uma discussão teórica a respeito da globalização, uma recuperação histórica da evolução da noção de bem-estar e a apresentação das diferentes perspectivas sobre a forma como estes se relacionam.

No segundo capítulo é feita uma análise descritiva da variável dependente escolhida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Discorreremos sobre o processo de criação deste, suas premissas e evoluções ao longo dos anos. Apresentamos também uma visão inicial dos dados colhidos para os países da série, assim como a possível relação entre a variável de interesse e a dependente.

No terceiro capítulo foi exposta a estratégia empírica para a realização da análise. Expomos as variáveis escolhidas e suas fontes, assim como a justificativa para a escolha do método utilizado. Nos debruçamos também sobre os resultados da análise de regressão, tecendo as considerações finais, assim como sugerimos aprimoramentos para análises futuras.

Capítulo 1: Globalização e bem-estar: quais as evidências?

1.1 Globalização: do processo histórico a uma definição

Eriksen (2007) atribui as primeiras menções de algo que se assemelha à globalização a autores como Hegel e Kant em meados do século XIII. Hegel escreveu sobre conexões entre áreas remotas e uma crescente consciência sobre essas relações, enquanto Kant em seus escritos sobre a paz colocava a ideia de uma sociedade cosmopolita que poderia dialogar de forma respeitosa para solucionar seus conflitos, apesar de suas diferenças (ERIKSEN, 2007).

Paulo Roberto de Almeida (2009) descreve o processo de globalização como três grandes “ondas”. A primeira onda se desenvolve durante as expansões ultramarinas europeias, que coincide com o período mercantilista. A segunda é impulsada pela Revolução Industrial inglesa, quando predomina a abertura de mercados e *laissez-faire*, que é interrompida no século XX pelas guerras mundiais. A terceira onda, a da atualidade, foi desencadeada pelo fim da Guerra Fria e a ausência de uma alternativa ideológica ao sistema de mercado.

Hirst e Thompson (1998) afirmam que a “globalização tem uma história”. Os autores sustentam que os anos de 1950 a 2000 não são surpreendentes quando comparados com o período entre 1850 a 1914, quando “fluxos de mercadorias, investimento de capital e migrações de mão de obra são comparáveis ou maiores dos que presenciamos hoje” (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 248).

Apesar dos milhares de estudos existentes acerca da globalização, não existe uma definição universalmente aceita. “Autores atribuem diferentes ênfases aos aspectos materiais, espaço-temporais e cognitivos da globalização” (HELD; MCGREW, 2000, pp. 11-12). O sociólogo Anthony Giddens (1990) define a globalização como um “distanciamento” entre tempo e espaço. O geógrafo David Harvey (1992) a categoriza como a compressão do espaço e do tempo, um encolhimento do mundo. Roland Robertson (2000), também sociólogo, argumenta que a globalização se refere ao encolhimento do mundo e a intensificação da consciência do mundo como um todo. Joseph Nye Jr. (2009) define a globalização como redes mundiais de interdependência, o que significa que acontecimentos em uma região geográfica podem ter efeitos profundos sobre outras.

Por outro lado, existem autores que negam a existência de um novo processo de globalização e o atribuem à continuação de processos de aproximação e conexão entre os Estados vigentes desde o século XIX (HIRST; THOMPSON, 1998). Diante da complexidade dos debates e do objeto, faz-se necessário delimitá-lo. Nesse trabalho adotamos a definição de Held e McGrew (2000, p. 13) que referem-se à globalização como

um processo que “denota a escala crescente, a magnitude progressiva, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões inter-regionais de interação social”.

Esses fluxos e padrões de interação social são dados em distintas dimensões. Keohane e Nye Jr. (2000) as divide em quatro: globalização militar, globalização ambiental, globalização social e cultural e globalização econômica. Como as dimensões são diversas, é importante defini-las e ater-se a uma para as discussões posteriores.

A globalização militar se refere à interdependência no emprego da força no âmbito internacional. Os avanços tecnológicos e a introdução das armas nucleares, e com elas o conceito de destruição mútua assegurada, problematizam as dinâmicas internacionais de emprego da força. Não há uma transformação apenas nos meios, mas também nos atores, que deixam de ser apenas Estados e incorporam atores transnacionais como grupos terroristas, al Qaeda, Estado Islâmico e redes de tráfico de drogas internacionais. Estas novas ameaças demandam respostas de emprego da força antes desconhecidas pelos Estados, as guerras irregulares ou assimétricas, que incentivam a colaboração entre Estados para sua neutralização (KEOHANE; NYE JR, 2000).

Em sua visão, a globalização ambiental é a mais antiga. Ela está relacionada a temas como epidemias, que ocorreram desde o século XIV com o crescente contato entre povos distintos, a disseminação de fauna e flora estrangeiras para diferentes territórios e a “revolução verde” que incorpora a tecnologia aos meios de produção agrícola, tornando-os mais produtivos. Torna-se mais relevante o fenômeno da mudança climática com o aumento de evidências observáveis ao longo dos anos de seus impactos sobre a crosta terrestre – impactos estes que geram um debate importante para a política internacional em como contorná-los (KEOHANE; NYE, 2000).

Ainda para Nye, “a globalização social compreende a disseminação de ideias, informação, imagens e pessoas (que carregam ideias e informação consigo)” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 107). Alguns exemplos são a disseminação de religião, técnicas científicas, tradições culturais e idiomas. O autor ressalta a importância da globalização política, parte de sua visão de globalização social, que incentivou os movimentos de independência nas colônias, que aumentou significativamente o número de Estados que compõem o sistema internacional. A mesma também disseminou movimentos democráticos, antiescravocratas, ambientalistas e feministas, que têm exercido um papel importante na atual dinâmica das relações internacionais.

A dimensão de interesse para este trabalho, contudo, é a globalização econômica. A globalização econômica é definida por Keohane e Nye Jr. como “fluxos de longa distância de bens, serviços e capital, assim como a informação e percepção que acompanha as trocas no mercado” (KEOHANE; NYE JR, p. 106). Uma definição alternativa e mais completa é a do Bhagwati (2004, p.3) que a define como a “integração das economias nacionais em uma economia internacional através do comércio, do investimento estrangeiro direto, fluxos de capital de curto prazo, fluxo internacional de trabalhadores e pessoas em geral e fluxos de tecnologia”.

Percebe-se nessa definição que a globalização econômica é composta por vários elementos utilizados pelos atores em suas relações econômicas internacionais, podendo tornar o debate confuso mesmo dentro dessa dimensão. É mister distinguí-los para não cairmos no que Bhagwati (2003) define como “falácia de agregação”, que supõe que se alguém é a favor da liberalização de um desses aspectos, deve ser a favor de todos outros tipos de liberalização de forma indiscriminada.

A dimensão da globalização econômica que se utilizará para fins de análise nesse estudo, tendo em vista a justificativa do debate entre os modelos para promoção do bem-estar na América Latina, é a abertura comercial. A literatura sobre os efeitos da abertura comercial para a promoção do bem-estar encontra adeptos e críticos. Porém, antes de apresentar estes argumentos, faremos uma recuperação histórica sobre a evolução da perspectiva de bem-estar.

1.2 Da promoção do bem-estar: uma recuperação histórica

É reconhecido na literatura o debate referente às formas de promover o bem-estar nacional, assim como a maneira de quantificá-lo, ou medi-lo. Nesta seção faremos uma recuperação histórica do papel do Estado no processo de promoção do bem-estar, mostrando a evolução do Estado de bem-estar e a ascensão do Estado neoliberal. Posteriormente, na seção 1.2.2, será colocada a evolução do conceito de bem-estar e a interpretação que se fará deste para esse trabalho.

1.2.1 Do Estado de bem-estar ao Estado neoliberal

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) “a reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto

ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930” (HARVEY, 2008, p. 19). Assim, fez-se necessário um acordo entre Estado, mercado e instituições democráticas para assegurar a paz, a inclusão, a estabilidade e o bem-estar. (DAHL; LINDBLOM, 1953). Nesse período assistimos à criação de várias instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e o sistema de Bretton Woods, que se complementavam na tarefa de estabilização da economia mundial.

Com isto, após o fim da Segunda Guerra Mundial, surgem na Europa diversos partidos e governos socialdemocratas. Dentro do próprio Estados Unidos, devido à Crise de 1929 motivada por uma liberalização descontrolada do mercado financeiro, predominava a visão de um Estado que deveria priorizar o pleno emprego, o crescimento econômico e o bem-estar de seus cidadãos, e que o mesmo deveria atuar como regulador do mercado para garantir o cumprimento destes objetivos.

Nesse período, predominou a corrente econômica baseada na obra de John Maynard Keynes (1936), que defendia a intervenção estatal sobre as forças de mercado para remediar suas falhas. No cerne de seu argumento estava a importância de manter a demanda agregada alta para evitar recessões, injetando dinheiro na economia quando necessário para evitar o ciclo vicioso da queda no emprego e uma diminuição ainda maior do consumo.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o keynesianismo e o Estado de bem-estar social garantiram altas taxas de crescimento nos países do centro e eram então pouco contestados. Porém, tornam-se evidentes sinais de uma crise global do capitalismo na década de 1970. Nesse período na Grã-Bretanha surge o termo “estagflação”, que descreve um período de baixo crescimento da economia atrelado a altas taxas de desemprego e inflação. O sistema de Bretton Woods tornou-se ineficaz no controle das taxas de câmbio fixas, sendo abandonado em 1971. A crise do petróleo em 1973 agravou a situação econômica global devido ao embargo dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) (HARVEY, 2008).

É nesse contexto de alto endividamento dos Estados, que detinham uma demanda crescente e baixa arrecadação, baixo crescimento da economia internacional e alta nas taxas de desemprego e inflação, que o Estado de bem-estar passa a ser questionado. Faz-se necessária uma reformulação do capitalismo internacional para retomar a prosperidade e crescimento dos anos pós Segunda Guerra. Assim, os argumentos econômicos neoliberais, que estiveram presentes desde a década de 1940, porém, com pouquíssima expressão política, passam a ganhar relevância na corrente econômica.

David Harvey resume o neoliberalismo da seguinte forma:

Neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano é melhor alcançado através da liberalização das liberdades e habilidades empreendedoras dentro de um *framework* institucional caracterizado por fortes direitos à propriedade privada, mercado livres e comércio livre (HARVEY, 2008, p.2).

A corrente neoliberal defende uma atuação mínima do Estado, ao contrário do Estado de bem-estar social que vigorou nas décadas anteriores. O Estado deve atuar apenas para garantir o direito à propriedade privada, criar mercados onde eles não existam e garantir o livre funcionamento dos mesmos. Esta forma de condução da economia possibilitaria o progresso de uma sociedade e permitiria ao indivíduo alcançar sua plenitude. *Os Fundamentos da Liberdade* (1960) de Friedrich Hayek é uma obra central para o pensamento neoliberal. A partir de 1974, quando Hayek recebe o prêmio Nobel de economia, a teoria neoliberal passa a receber maior reconhecimento acadêmico (HARVEY, 2008).

Contudo “[...] a consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979” (HARVEY, 2008, p. 31). Esta consolidação se deu com a eleição de Margaret Thatcher para Primeira-Ministra na Grã-Bretanha, que passou a promover ajustes fiscais, privatização de estatais e enfrentamentos contra os movimentos sindicais.

Nos Estados Unidos, nesse mesmo ano aconteceu o “choque Volcker”, uma transformação na política monetária dos Estados Unidos liderada pelo então presidente do *Federal Reserve Bank*, Paul Volcker. Passou a vigorar uma política de forte controle inflacionário, sem compromisso com seus efeitos sobre o desemprego. Ronald Reagan, eleito presidente dos Estados Unidos em 1981, manteve Paul Volcker na presidência do “Fed” e passou a aprofundar o seu projeto neoliberal através de diferentes políticas públicas com vistas à retomada do crescimento econômico estadunidense (EICHENGREEN, 2000).

A globalização econômica é, portanto, ocasionalmente denominada de globalização neoliberal, pois pressupõe a liberalização e intervenções mínimas por parte do Estado que não interfiram no funcionamento dos mercados. Entende-se que o fenômeno da globalização atual foi viabilizado pela disseminação de ideias neoliberais, que promovem a liberalização dos mercados, desde os anos 1970, começando nas economias de capitalismo avançado e tornando-se o *mainstream* do pensamento econômico desde então (HARVEY, 2008).

1.2.2 Bem-estar como desenvolvimento

Percebe-se nessa recuperação que a promoção do bem-estar esteve historicamente relacionada à capacidade de promover crescimento econômico, seja este através da predominância de mecanismos de mercado ou por ação estatal. Porém, entendemos bem-estar em um sentido mais amplo, onde o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para alcançá-lo. Adotamos para fins deste trabalho o termo desenvolvimento como sinônimo de bem-estar, uma evolução ao termo economicista de bem-estar, pois compreende a provisão de necessidades básicas que vão além de métricas como a renda, riqueza, ou Produto Interno Bruto *per capita*.

José Eli da Veiga (2005) afirma que existem três tipos de desenvolvimento, o desenvolvimento como crescimento econômico, o desenvolvimento como quimera ou mito e o desenvolvimento como liberdade.

Até o final do século XX, os manuais de economia utilizavam de forma intercambiável os termos desenvolvimento e crescimento econômico. Até os anos 1960, não se fazia necessário distinguir entre os dois termos, pois os países que haviam se tornado ricos o fizeram através da industrialização, enquanto nos países subdesenvolvidos este processo ainda era incipiente. Contudo, o intenso crescimento econômico nos países semi-industrializados durante a década de 1950 não traduziu-se em uma melhora na qualidade de vida das camadas mais pobres, ao contrário do que ocorrera nos países desenvolvidos. O seu acesso a bens como saúde e educação ainda era restrito. Esta problemática faz surgir o debate sobre o desenvolvimento (VEIGA, 2005).

Celso Furtado é um autor importante para a ideia de desenvolvimento como mito. O autor coloca que o termo desenvolvimento é utilizado para distrair a sociedade de questões centrais e concentrá-la em objetivos abstratos como investimentos, exportações e crescimento. Este mito está baseado em que “os padrões de consumo da minoria da humanidade que atualmente vive nos países altamente industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia” (VEIGA, 2005, p. 29).

Por último, e sendo esta a definição de interesse para este trabalho, temos o desenvolvimento como liberdade. O indiano Amartya Sen, Nobel de Economia de 1998, elaborou essa forma alternativa de entender o desenvolvimento. Para Sen:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.18)

Na visão do autor, uma concepção adequada de desenvolvimento deve incluir outras variáveis além da acumulação de riqueza e renda. A variável econômica é importante, porém deve ser pensada como um meio de prover liberdade para os indivíduos, que utilizarão dela para realizar seus desejos.

Algumas das liberdades básicas elencadas por Sen é a de participar do intercâmbio econômico e do mercado de trabalho, assim como a longevidade, liberdade básica de sobreviver. Faz-se necessário, então, incrementar as capacidades dos indivíduos para que possam “levar o tipo de vida que valorizam” dentro das liberdades que lhes são atribuídas (SEN, 2000, p. 32).

O desenvolvimento como liberdade é considerado por José Eli da Veiga como o “caminho do meio” entre uma visão reducionista que equipara o desenvolvimento ao crescimento econômico e o ceticismo que o vê como impossível. (VEIGA, 2005).

O desenvolvimento como liberdade foi utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que incorpora elementos da educação, saúde e renda de forma a observar de maneira mais ampla o desenvolvimento dos países. O IDH é utilizado para a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado todos os anos desde sua criação em 1990. Este será o indicador utilizado como definição de bem-estar neste trabalho.

1.3 Perspectivas sobre a globalização como promotora do desenvolvimento

Como mencionado, existem perspectivas distintas sobre a adoção de políticas de abertura comercial como ferramenta de promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. Autores como Bhagwati (1989) defendem veementemente a adoção do livre-comércio e atribuem o subdesenvolvimento de muitas nações à implementação tardia dessas políticas. Por outro lado, existe uma perspectiva crítica, que vê o livre-comércio como um discurso hegemônico, que apresenta entraves ao desenvolvimento. Apresentaremos a seguir os argumentos principais de ambas correntes.

1.3.1 Em defesa do livre-comércio

A liberalização comercial compreende a redução de barreiras para o comércio entre países, sejam estas tarifárias ou não. Os argumentos a favor desse processo datam de mais de dois séculos com os escritos de Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (1776), sobre os quais David Ricardo elabora seu modelo para demonstrar os ganhos do comércio para os países via especialização.

Um aumento das importações oferece uma maior gama de produtos a preços mais baixos ao consumidores. Um estudo conduzido por Fajgelbaum e Khandelwal (2014) analisando 40 países, sendo 13 deles considerados em desenvolvimento, demonstra que as camadas mais pobres desses países são as mais beneficiadas com o comércio, pois elas consomem mais bens nos setores onde mais comércio é feito, reduzindo assim os preços e possibilitando maior acesso a bens.

A abertura, defende seus apoiadores, também fomenta a competitividade das indústrias nacionais através do incentivo para que a economia se volte para setores nos quais o país possui uma vantagem competitiva, utilizando assim os seus recursos de forma eficiente.

As exportações são uma fonte importante de crescimento para os países em desenvolvimento, pois amplia o seu mercado, possibilitando ganhos de economias de escala, e aumenta a oferta de trabalho devido ao aumento da demanda. A liberalização do comércio ainda atua como promotora de resiliência econômica frente a choques de oferta domésticos, assim como estimula o investimento externo direto, capaz de criar novos empregos e introduzir novas tecnologias de forma a melhorar a produtividade (FMI, 2008).

A premissa comumente utilizada na literatura é que a abertura comercial gera crescimento econômico e que esse crescimento reduziria a pobreza e promoveria o desenvolvimento.¹

Sen afirma (2000, p.6) que “a habilidade do mecanismo de mercado de contribuir para alto crescimento econômico e um progresso econômico geral tem sido amplamente – e corretamente – reconhecida pela literatura contemporânea sobre desenvolvimento.” Bhagwati (2004, p.64) corrobora que “um pode concluir que maior abertura está associada com maior crescimento e que maior crescimento está associado com redução da pobreza. Portanto, crescimento reduz pobreza”.

¹ DOLLAR; KRAAY (2001); SRINIVASAN e BHAGWATI (1999); BANCO MUNDIAL (2002)

Exemplos de sucesso da abertura ao comércio como ferramenta de crescimento econômico e desenvolvimento são a Índia, China e países do Sudeste Asiático. “Esses países tiraram vantagem da globalização para expandir suas exportações e, em consequência disso, cresceram mais depressa,” afirma Stiglitz sobre o Leste Asiático (STIGLITZ, 2002, p. 92).

Além de gerar impacto econômico, evidências sustentam que a abertura possui impacto mais amplo sobre o desenvolvimento de um país. Davies e Quinlivan (2006) afirmam que a abertura comercial estimula a educação considerando que a condução de negócios entre países requer um grau de consciência global e habilidades de comunicação diferenciadas. No que tange a saúde, a abertura possibilitaria o acesso a medicamentos, tratamentos, e equipamentos mais avançados, o que melhoraria a nutrição, longevidade e saúde em geral da população, principalmente em países em desenvolvimento.

Portanto, Davies e Quinlivan (2006) defendem que mesmo que a abertura comercial não influencie o crescimento econômico, ela promove resultados positivos para o desenvolvimento humano através da ampliação de perspectivas fomentada pela exposição ao estrangeiro, assim como o acesso a novos produtos. Diversos trabalhos empíricos corroboram essa visão.²

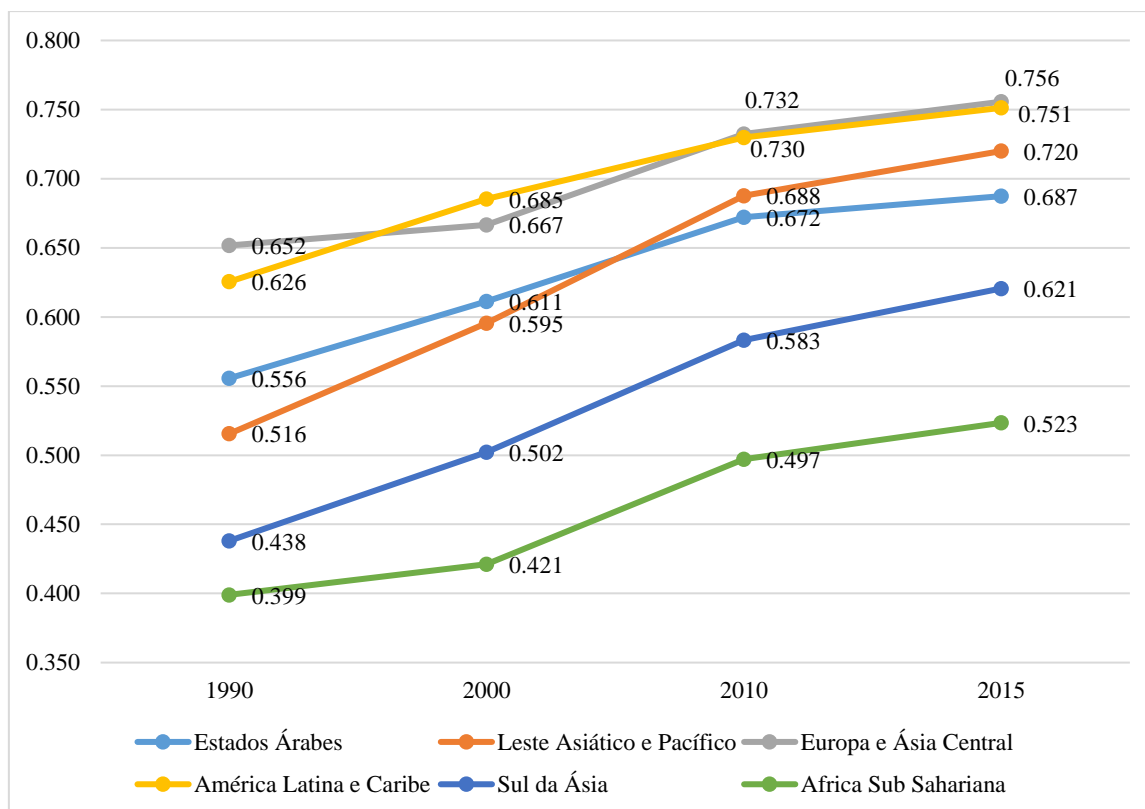
Os dados do IDH por regiões apresentados no Quadro 1 e Gráfico 1 sugerem uma possível relação entre o processo de abertura comercial experienciado e o significativo aumento do índice. A região do Leste Asiático e Pacífico, onde estão inseridas a China e países do Sudeste Asiático, apresentou um crescimento de 0.214 pontos no IDH de 1990 a 2015. O Sul da Ásia, composta majoritariamente pela Índia, demonstrou um crescimento de 0.183 pontos. Estas duas regiões sustentam as maiores taxas de crescimento anual médio do índice desde 1990 (PNUD, 2016).

Quadro 1 – Média de crescimento anual IDH por região

Regiões	Média de crescimento anual IDH (%)			
	1990-2000	2000-2010	2010-2015	1990-2015
Estados Árabes	0.96	0.95	0.45	0.85
Leste Asiático e Pacífico	1.45	1.45	0.92	1.35
Europa e Ásia Central	0.23	0.95	0.63	0.59
América Latina e Caribe	0.92	0.63	0.58	0.74
Sul da Ásia	1.38	1.51	1.25	1.40
África Sub Sahariana	0.54	1.67	1.04	1.09

Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2016)

² MBABAZI 2017; NOURZAD; POWELL (2003); RAMZI; YAVARI (2012); KABADAYI (2013)

Gráfico 1 – IDH global por regiões de 1990 a 2015

Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2016)

1.3.2 Críticas ao livre-comércio

Com a predominância do pensamento neoliberal nas últimas décadas, a ação das instituições econômicas internacionais que o propaga e defende, e por consequência a intensificação da globalização econômica, surgem movimentos que a contestam. Estes defendem o retorno do Estado de bem-estar em face dos impactos sociais negativos acarretados pela globalização. Stiglitz afirma que “não só na liberalização do comércio, mas também em todos os outros aspectos da globalização, mesmo os esforços aparentemente bem-intencionados quase sempre têm um resultado contrário ao desejado” (STIGLITZ, 2002, p. 35)

Bhagwati em seu livro *Free Trade Today* (2002) elenca os argumentos principais levantados pelos críticos do livre comércio: a injustiça do regime internacional de comércio regulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a piora nas condições de trabalho e o aumento dos níveis de pobreza, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento.

Os críticos afirmam que o regime de comércio internacional promovido pelos países do centro é desigual, pois teria forçado os países da periferia a eliminar suas barreiras comerciais, enquanto eles mesmos mantiveram as suas, que impossibilitavam que os países em desenvolvimento exportassem seus produtos agrícolas. Duras críticas são feitas sobre os programas de subsídio agrícola em países desenvolvidos, como a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. Estas iniciativas dificultam a capacidade de produtos estrangeiros advindos de países subdesenvolvidos concorrerem nesses mercados.

Os manifestantes presentes nos protestos durante a reunião de Seattle da OMC em 1999 alegavam que

[...] as rodadas anteriores de negociações comerciais haviam derrubado as barreiras comerciais para os produtos industrializados, desde automóveis até maquinário pesado, exportados pelos países industriais desenvolvidos. Ao mesmo tempo, os negociadores desses países mantinham os subsídios de suas nações a produtos agrícolas e mantinham fechados os mercados para esses produtos e para aqueles da indústria têxtil, setor em que muitas das nações em desenvolvimento têm vantagem comparativa. (STIGLITZ, 2002, p.94)

Para os críticos, as instituições reguladoras da economia internacional como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC são apenas instrumentos utilizado pelos países do centro para impor seus interesses. Eles alegam que a OMC, ao invés de ser uma plataforma para um regime de comércio justo, onde as diferenças entre os países são reconhecidas e respeitadas nas negociações, é controlada pelos países desenvolvidos que garantem para si uma maior participação nos benefícios às custas dos países em desenvolvimento.

Uma segunda crítica tecida contra a liberalização do comércio é seu impacto sobre o emprego. O argumento tradicional a favor da liberalização afirma que a abertura levará a nação a migrar seus recursos para áreas onde possuam vantagem comparativa, melhorando assim sua produtividade. Porém, os críticos afirmam que a curto prazo a abertura à concorrência internacional levará ao desmantelamento dos setores improdutivos da economia, o que acarretará um aumento do desemprego. Em geral, os países da periferia não possuem o capital, nem instituições que apoiem a criação de novas empresas e empregos (STIGLITZ, 2002).

Este argumento ganha cada vez mais força não apenas em países subdesenvolvidos, mas também nos países do centro. Os trabalhadores dependentes de indústrias suscetíveis à competição da mão-de-obra estrangeira são especialmente mais vulneráveis. Esta preocupação nos países desenvolvidos está ligada ao medo de que a abertura comercial com países em desenvolvimento, onde salários são mais baixos, leve as indústrias a migrar para

estes países, assim como afete os salários dos trabalhadores menos capacitados. Este fenômeno é conhecido como *race to the bottom*, uma corrida entre países para a redução de salários e flexibilização de leis trabalhistas com vistas a atrair investimento (BHAGWATI, 2004).

Os críticos também sustentam que “[...] o número dos que vivem na miséria efetivamente aumentou, e muito” (STIGLITZ, 2002, p.32). Ou seja, a globalização, ao contrário do prometido, aumentou a pobreza. Um exemplo disto é o continente africano, onde o padrão de vida da população piorou. Mesmo o abandono do socialismo, equilíbrio de contas, baixos índices de inflação e governos razoavelmente honestos não foram capazes de atrair investimentos privados. (STIGLITZ, 2002).

Um relatório da OXFAM de 2018 intitulado *Reward Work not Wealth* afirma que mesmo aqueles que foram retirados da extrema pobreza, medida em \$1,90 ao dia, muitos ainda permanecem pobres e possuem dificuldades em alimentar suas famílias e pagar suas dívidas. O relatório coloca ainda que mais da metade da população mundial sobrevive com uma renda entre \$2 a \$10 por dia.

Este mesmo relatório (OXFAM, 2018) chama atenção para o crescimento da desigualdade promovida pela globalização. A OXFAM sustenta que “se a desigualdade entre países não houvesse crescido (entre 1990 e 2010), mais 200 milhões de pessoas teriam sido retiradas da pobreza” (OXFAM, 2018, p.12)³. Esse relatório corrobora a visão de Stiglitz quando afirma que “a globalização há conduzido a mais insegurança e contribuído para o crescimento das desigualdades em países desenvolvidos e em desenvolvimento [...]” (STIGLITZ, 2006, p. 69)⁴.

As críticas enumeradas acima representam grande parte dos argumentos contra o processo de globalização em sua dimensão de liberalização comercial. Os defensores desta perspectiva crêem que a liberalização se tornou um fim em si mesmo e é um conceito defendido por uma classe econômica dominante para benefícios próprios. Os beneficiários deste processo seriam em suma os países do centro, que possuem instituições mais fortes, capazes de contrapor os efeitos adversos da globalização.

Os argumentos colocados denotam uma incompatibilidade entre liberalização comercial e o conceito de desenvolvimento humano, pois implicam no cerceamento da liberdade de indivíduos, principalmente no que tange sua participação na vida econômica,

³ Tradução livre

⁴ Tradução livre

que possui implicações importantes para outros fatores como acesso à educação, saúde e o suprimento de necessidades básicas (SEN, 2000).

1.3.3 Um balanço

Paulo Roberto de Almeida (2009) sintetiza em alguns quadros a discordância presente na literatura sobre os efeitos da globalização abordados e apresenta sua resposta frente às críticas.

Quadro 2 – Argumentos a favor e críticas ao livre-comércio

Livre comércio ou mercantilismo: o que é melhor para o crescimento econômico?

<i>Críticos</i>	<i>Defensores</i>
O livre comércio sempre beneficia os mais poderosos, daí a necessidade de administrar politicamente os mercados e estabelecer políticas industriais	Mercados livres são funcionais para a modernização tecnológica, ganhos de oportunidade de distribuição de renda (via especialização produtiva), permitindo a livre circulação de fatores

Liberalização comercial e ganhos de produtividade: quais as evidências?

<i>Críticos</i>	<i>Defensores</i>
Processos de abertura econômica e de liberalização comercial representam o sucateamento da indústria e desmantelamento de setores inteiros da economia nacional	Países que adotaram essas medidas, como o Brasil do início de 1990, registraram as maiores taxas de crescimento da produtividade e ganhos significativos de competitividade internacional

A globalização e as políticas econômicas neoliberais: recessão e desemprego?

<i>Críticos</i>	<i>Defensores</i>
As políticas liberais produzem recessão e desemprego, privilegiando unicamente os setores financeiros e as elites	Os países que mais crescem e que ostentam as menores taxas de desemprego são, justamente, os chamados “neoliberais”

Relações de trabalho e desemprego: quais são as lições dos países mais flexíveis?

<i>Críticos</i>	<i>Defensores</i>
A flexibilização neoliberal do mercado de trabalho produz desemprego e perda de direitos consagrados, resultando em precarização das relações de trabalho e terceirização de atividades	Países que mais adotaram essa postura são os que exibem as menores taxas de desemprego e o maior crescimento da produtividade do trabalho; taxas de desemprego dos EUA e da Grã-Bretanha são a metade das prevalecentes na França

Inserção comercial internacional e interdependência econômica: problemas?

<i>Críticos</i>	<i>Defensores</i>
Livre comércio internacional acarreta desigualdades e dependência dos países das empresas multinacionais, o que compromete possíveis políticas públicas	Economias se inserem nos fluxos internacionais de intercâmbio comercial melhoram o padrão produtivo e tecnológico, criam suas multinacionais e diminuem a dependência das matérias-primas

A globalização e o processo de desenvolvimento: convergência ou divergência?

<i>Críticos</i>	<i>Defensores</i>
Globalização aprofunda a miséria, cria mais desemprego e acarreta mais desigualdades no mundo, tanto dentro dos países, como entre os países	Dados estatísticos não corroboram essas afirmações; ela diminui a pobreza e a miséria (China e Índia); evidências são ainda insuficientes no que toca a desigualdade interna

Fonte: Elaboração da autora com base em ALMEIDA (2009, pp. 201-203)

Em face dos argumentos justapostos sobre os efeitos da globalização sobre o bem-estar buscaremos testar a hipótese de que a globalização, em sua dimensão da abertura comercial, é capaz de produzir resultados positivos em termos de bem-estar, representado pelo Índice de Desenvolvimento Humano, o qual detalharemos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2: Mensurando o bem-estar: O Índice de Desenvolvimento Humano

2.1 Da criação e evolução

O Índice de Desenvolvimento Humano, mas comumente conhecido como IDH, surgiu em um primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH) de 1990 elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Até então, o termo desenvolvimento estava diretamente atrelado à economia e números como produto nacional bruto (PNB) ou produto interno bruto (PIB). Apesar de esses números indicarem progresso de uma economia, pouco falam a respeito das condições de vida da população.

O IDH é desenvolvido com base no pressuposto de que o desenvolvimento vai além de dimensões como a renda ou riqueza de um país, e que sua riqueza não é um fim em si mesmo, mas uma forma de incrementar o bem-estar das pessoas. Essa consciência, porém, não é nova. Aristoteles afirmou que “a riqueza, evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa” (SEN apud ARISTOTELES, 2000, p. 28). Apesar de anteriormente a renda ser considerada uma boa *proxy* para desenvolvimento humano, já que indicaria um grau de amplitude de escolhas, existem alguns motivos que a tornam problemática.

Primeiro, a renda é um meio e não um fim. Ela pode ser utilizada para adquirir bens como remédios para a cura de alguma doença e também para obter drogas ilícitas. Pouco importa quanto dinheiro você tem, mas para o que ele está sendo utilizado.

Segundo, o RDH (1990) indica que experiências em diferentes países demonstram que em alguns casos o IDH foi mais alto em países de renda reduzida do que em alguns países com níveis de renda mais altos.

Uma terceira razão é fato do nível de renda atual de um país dizer muito pouco sobre qual será a sua trajetória de crescimento. Se um país estiver investindo em seu capital humano, é muito provável que sua renda seja incrementada no futuro se comparado a um país que não o fez.

A quarta razão se refere aos diversos problemas humanos enfrentados por países ricos e industrializados. Um alto nível de renda não isenta um país de problemas de caráter humano. Apesar da renda não estar automaticamente relacionada a melhorias em desenvolvimento humano, se utilizada de forma coerente pelos governos e pela população pode ter efeitos extremamente positivos (PNUD, 1990).

O desenvolvimento humano é definido pelo PNUD como o processo de ampliar as escolhas das pessoas (PNUD, 1990, p.10). A teorização de desenvolvimento humano do PNUD foi feita com base em uma perspectiva de desenvolvimento atribuída a Amartya Sen e Martha Nussbaum, que foca não no que um indivíduo possui, abandonando uma perspectiva anterior baseada na utilidade, mas em suas capacidades. Essa capacidade é a habilidade de um indivíduo de “ter o poder de adquirir o que deseja, utilizar o que conseguir na forma que desejar e ser quem quiser ser” (STANTON, 2007, p.9)⁵. Pode-se afirmar então que o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17).

O IDH é composto por três componentes distintos: longevidade, conhecimento e padrão de vida decente (PNUD, 1990). A escolha destes indicadores relaciona-se ao conceito de desenvolvimento humano utilizado pelo PNUD que possui duas dimensões, a da formação de capacidades humanas, como saúde e conhecimento, e outra dimensão da aplicação e uso dessa capacidade adquirida para o trabalho ou lazer, a renda.

O primeiro componente é a longevidade. A longevidade compreende a quantidade de anos que um ser humano pode viver. Pressupõe-se que a vida é valiosa por si mesma e que deve-se garantir aos cidadãos o maior número de anos de vida possível. O indicador utilizado para este componente é a expectativa de vida ao nascer. A expectativa de vida da população é um indicador valioso pois está associada ao acesso a uma alimentação de qualidade, qualidade dos serviços de saúde à disposição, ou acesso a medicamentos, todos estes difíceis de medir de acordo com os dados disponíveis (PNUD, 1990).

No começo de 1976, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) começou a publicar trabalhos relacionados à perspectiva de desenvolvimento de necessidades básicas, mostrando as variações na utilização de indicadores para essa dimensão ao longo do tempo. Estudos mais aprofundados realizados por Paul Streeten em 1981 e Frances Stewart em 1985 em uma tentativa de reduzir o número de variáveis buscaram analisar quais indicadores possuíam maior correlação com necessidades básicas. Ambos determinaram que expectativa de vida deveria ser utilizada como sua *proxy* (STANTON, 2007).

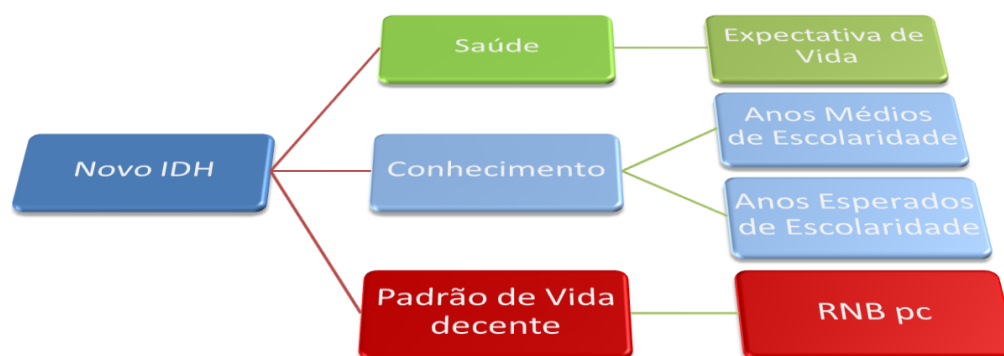
O segundo componente é educação. Educação é um elemento fundamental para a construção das capacidades de um indivíduo e sua inserção na sociedade. O indicador utilizado para medir este componente no RDH de 1990 foi a alfabetização. Porém, como era

⁵ Tradução livre

um indicador de educação muito básico, em 1991 se incorpora ao componente de educação a média de anos que um indivíduo está matriculado e estuda. Em 1995, substitui-se a média de anos de estudo para um número bruto de matrículas. Pela dificuldade de obter dados e com o intuito de incorporar indicadores que possam medir a educação além de uma dimensão básica de alfabetização e incluir a educação superior, o último RDH de 2016 utiliza como indicadores anos esperados de estudo e média de anos de estudo para compor o índice de educação. A dimensão da educação é a única que congrega dois indicadores dentro do IDH (PNUD, 2016).

O terceiro componente do IDH é o controle sobre recursos para um padrão de vida decente. A renda estabelece a capacidade de um indivíduo de adquirir bens e serviços necessários para manter determinado padrão de vida. Por isso, o indicador utilizado é o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*. O RNB *per capita* substitui o indicador inicialmente utilizado que era o PIB *per capita*. Diferente do PIB, o RNB inclui os rendimentos dos fatores de naturais de um país que vivem no estrangeiro e subtrai os rendimentos da economia gerados por não residentes (PNUD, 2016).

Figura 1. – Elementos do IDH



Fonte: Elaboração do autor, baseado em PNUD (2016)

2.2 Do cálculo

Para realizar o cálculo do IDH primeiro é necessário calcular os índices dos três componentes separadamente. O PNUD estabelece valores mínimos e máximos para cada um dos indicadores para assim transformar os números, que são expressos em unidades

diferentes, em índices com uma escala de 0 a 10. Estes valores estão expressos na quadro a seguir.

Quadro 3 – Valores para cálculo do IDH

Dimensão	Indicador	Mínimo	Máximo
Saúde	Expectativa de vida (anos)	20	85
Educação	Escolaridade esperada (anos)	0	18
	Média de escolaridade (anos)	0	15
Padrão de vida	RNB per capita (2011 PPP \$)	100	75000

Fonte: Elaboração da autora, baseado em PNUD (2016, p.1)

A partir desse valores, o índice é obtido através do seguinte cálculo:

$$\text{Índice da dimensão} = \frac{\text{valor real} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH, por fim, é calculado pela média geométrica dos índices das três dimensões:

$$IDH = (I_{Saúde} \times I_{Educação} \times I_{Renda})^{1/3}$$

Uma das fortalezas do IDH é sua capacidade de aprimoramento. Como pontuado, o PNUD fez várias alterações ao índice ao longo do tempo como resposta a críticas colocadas por acadêmicos. A crescente melhora na disponibilidade dos dados com os anos torna possível os ajustes.

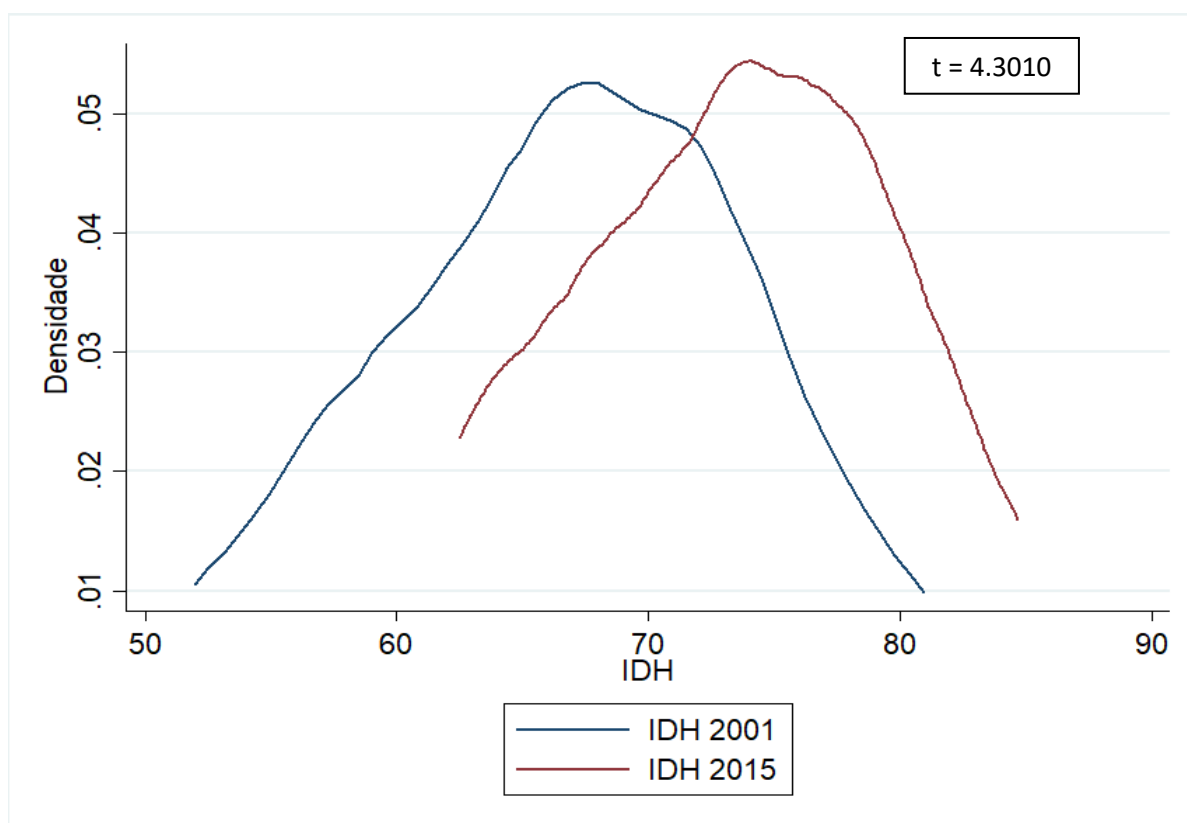
Desde sua criação o índice contribuiu imensamente para o estudo do desenvolvimento que antes possuía indicadores difusos que impossibilitavam uma perspectiva objetiva sobre o tema. O índice ainda popularizou o conceito de desenvolvimento humano como um novo entendimento sobre bem-estar. Além disso, trouxe uma alternativa de análise ao PIB *per capita*, mais comumente utilizado para medir níveis de desenvolvimento até então, e permitiu realizar uma comparação horizontal e transversal, entre países e ao longo do tempo (STANTON, 2007).

2.3 Dos dados

A seguir apresentaremos o comportamento da variável dependente, o IDH, em alguns gráficos a partir dos dados colhidos para os dezoito países da América Latina da amostra, entre 2001 e 2015. É mister ressaltar que os valores para IDH foram colocados em índice, oscilando de 1 a 100, para garantir melhor observação de seu comportamento e variância. Seguimos o exemplo de trabalhos anteriores como Costa (2016) e Neves e Fernandes (2009) que o fizeram para o IDH e índice de Gini em suas análises. Além disso, o IDH foi normalizado, colocado em escala logarítmica natural.

Visando identificar uma variância efetiva dos dados entre 2001 e 2015 foi realizado um teste de média. O resultado da estatística refuta a hipótese nula, sendo maior que o módulo de 2. O valor do t é apresentado no Gráfico 1, que demonstra a densidade de *kernel* para os valores do IDH em 2001 e em 2015. As curvas demonstram a variação na distribuição dos dados para a variável.

Gráfico 2 - Densidade de Kernel IDH 2001 e 2015



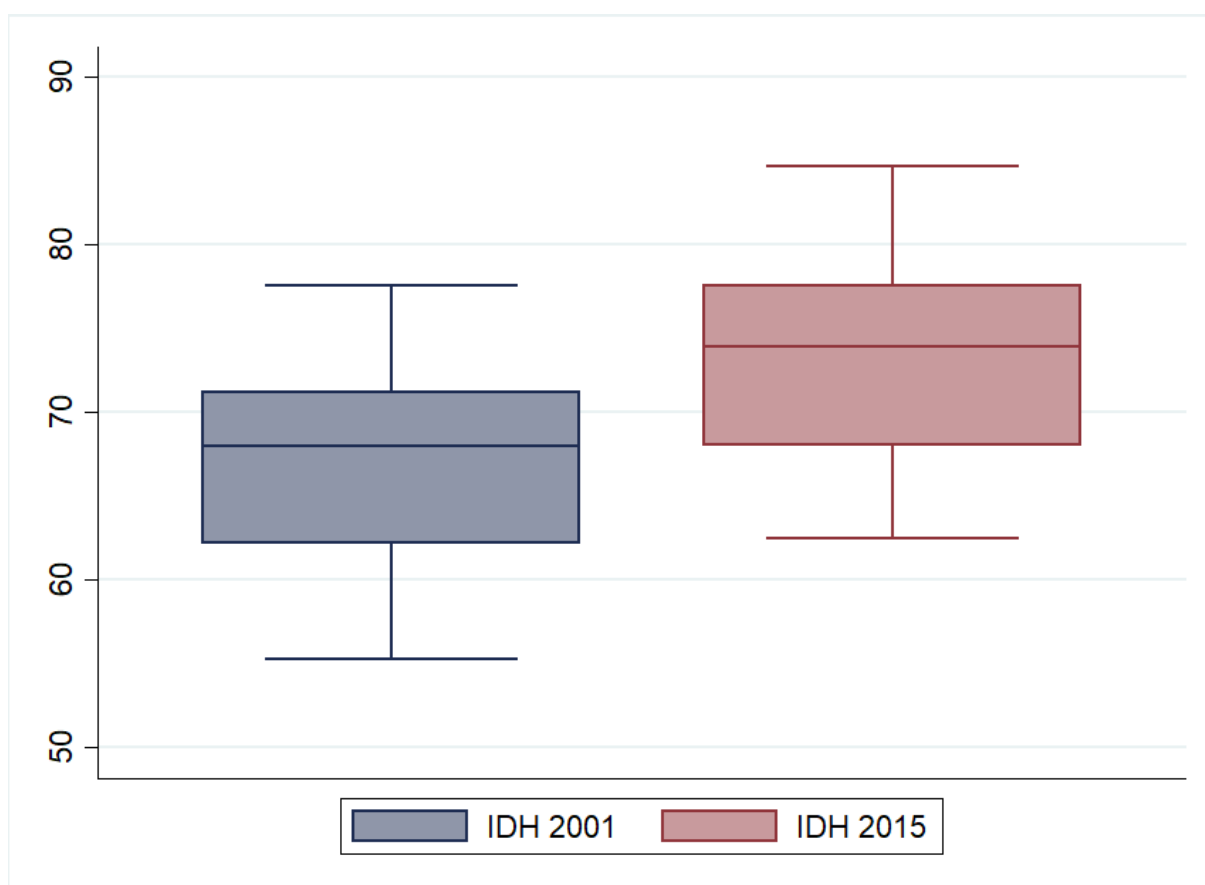
Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2016)

O diagrama de caixa, ou *boxplot*, é frequentemente utilizado para a observação do centro, a dispersão e a distribuição dos dados. Quando colocados em uma mesma escala

facilitam a comparação de conjuntos de dados (TRIOLA, 2008). No Gráfico 2 podemos perceber a variação do conjunto de dados de IDH para o ano de 2001, ano de início da análise e 2015, último ano do recorte temporal.

Percebe-se que nenhum *outlier* foi identificado para nenhum dos dois conjuntos. Identifica-se também que os valores mínimo, mediana e máximo foram movidos para cima de 2001 a 2015. Observa-se ainda uma pequena redução no primeiro quartil de um ano a outro, assim como ligeiro incremento do quarto quartil.

Gráfico 3 – Boxplot IDH 2001 e 2015



Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2016)

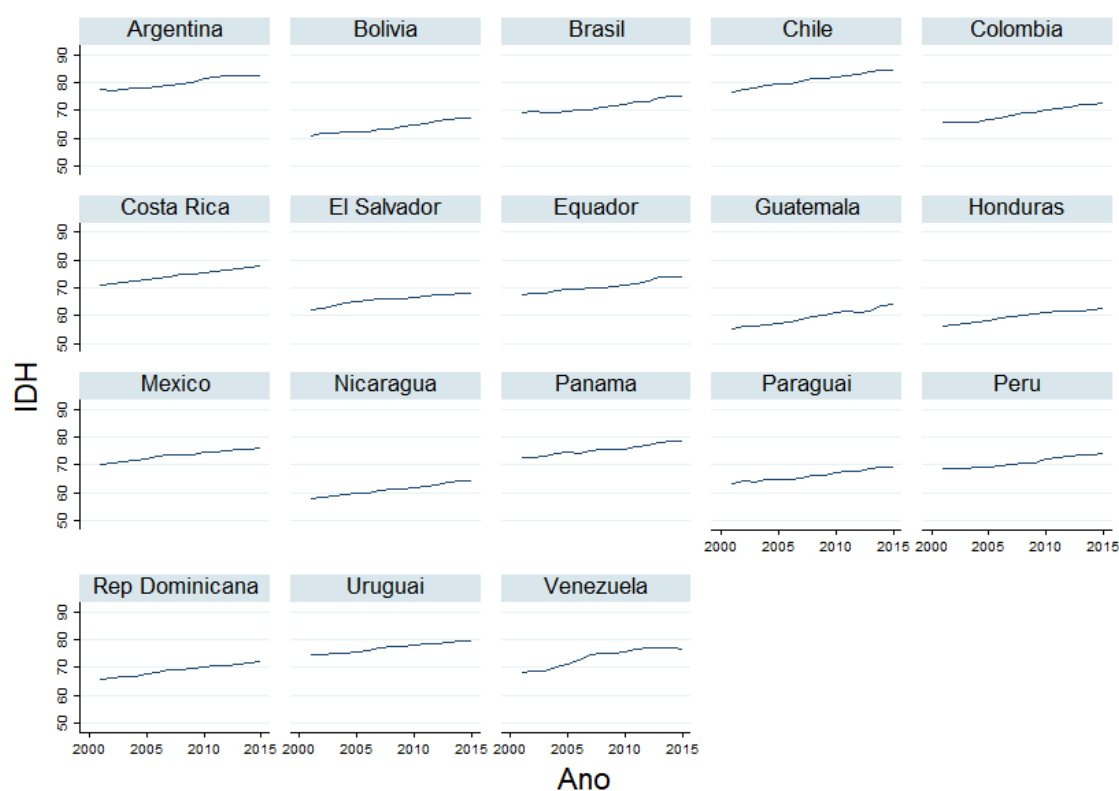
No Gráfico 3 podemos observar a trajetória do IDH em todos os países da amostra para todos os anos do corte temporal. Nota-se que as linhas estão colocadas em patamares distintos para os diferentes países, porém em todos há uma tendência ascendente da variável em questão, com alguns países mostrando mais inclinação que outros. Destaca-se a inclinação da curva entre os anos de 2003 e 2007 na Venezuela, apresentando uma aceleração significativa se comparada aos demais países da região. Também chama atenção

a leve queda na Guatemala entre 2011 e 2012, que quebra com o padrão de ascensão contínua.

O Gráfico 4 mostra o valor do IDH para o ano de 2001 e 2015 para todos os países da série. Observamos neste também o crescimento dos valores em todos os países. Para o ano de 2015, os únicos países que apresentam um valor acima de 80 são a Argentina e o Chile, sendo o Chile o mais alto com 84.7. Os menores valores ficam a cargo da Guatemala em 2001, com 55.3, e de Honduras em 2015 com 62.5.

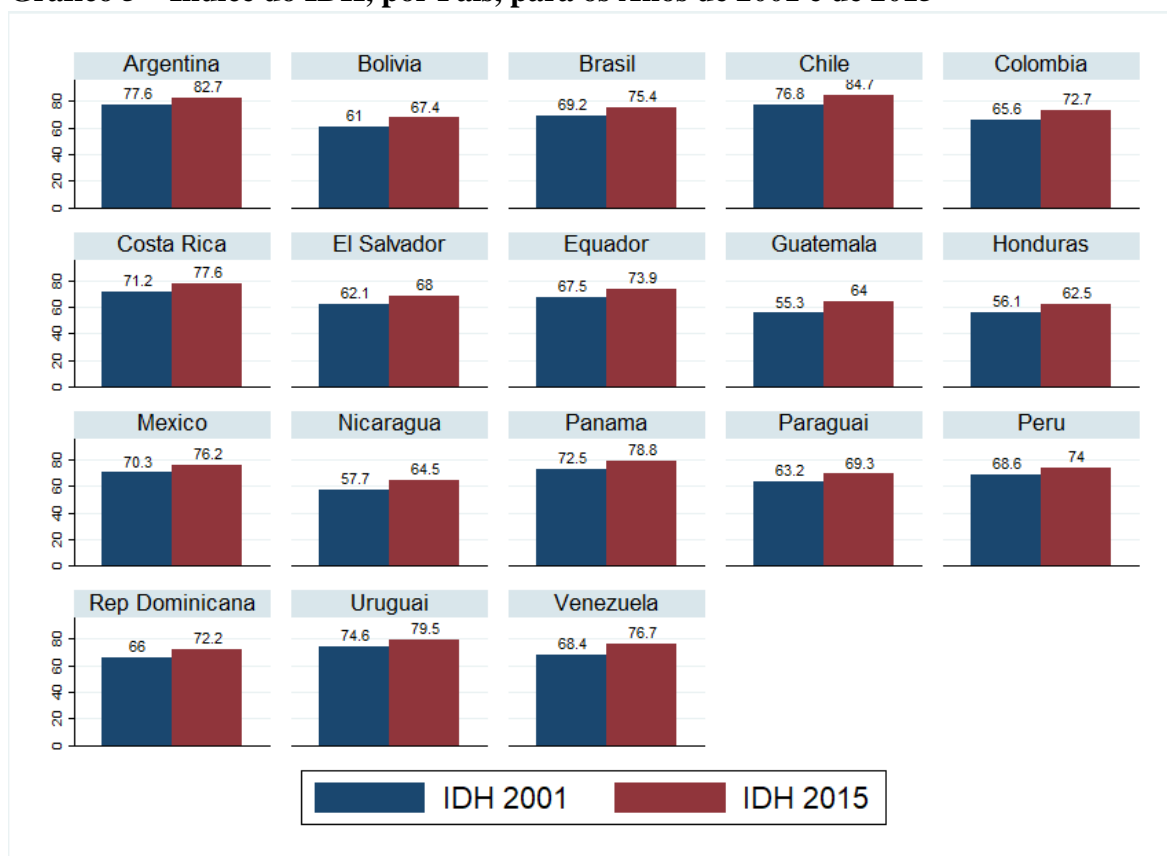
Percebe-se também que os países da América Central, se comparados aos da América do Sul, possuem valores mais baixos para o IDH, com a exceção da Costa Rica e Panamá.

Gráfico 4 – Trajetória IDH por País



Fonte:Elaboração da autora com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2016)

Gráfico 5 – Índice do IDH, por País, para os Anos de 2001 e de 2015



Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2016)

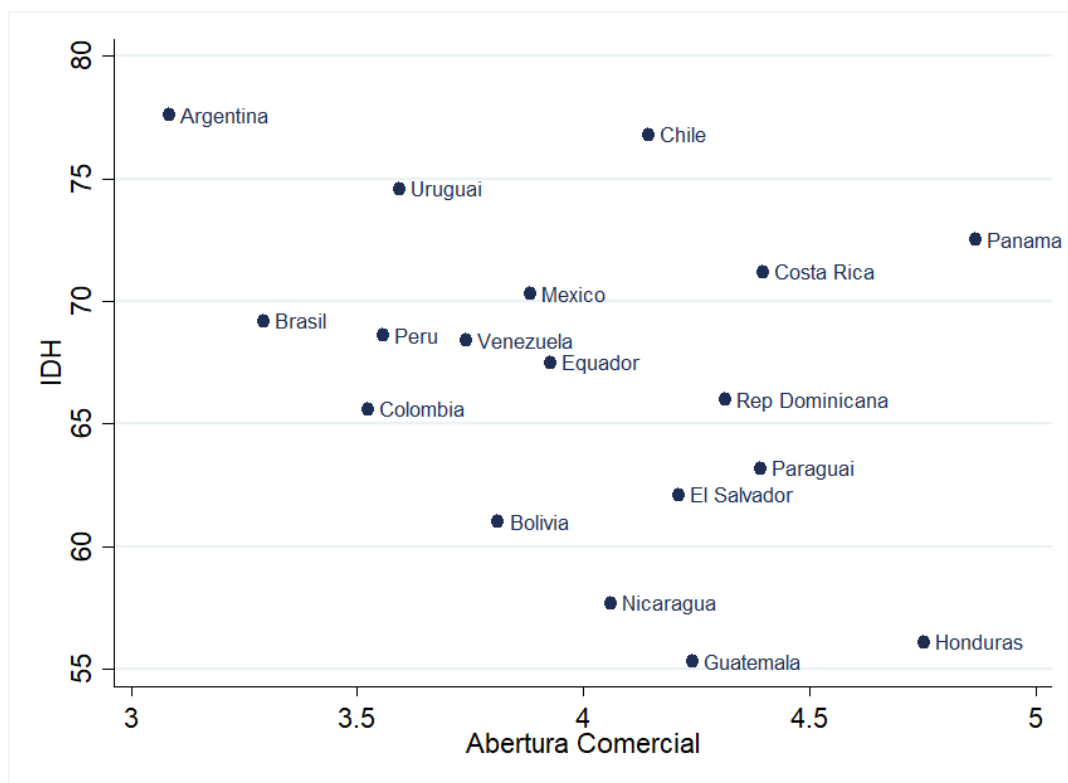
Antes de proceder à demonstração da estratégia empírica utilizada, ressaltamos na tabela abaixo a relação de causalidade esperada sobre o IDH para cada uma das variáveis independentes escolhidas, assim como os gráficos de dispersão que sugerem a possível relação entre abertura comercial e IDH.

Quadro 4 – Causalidade esperada das variáveis

Variável	Métrica	Relação Causal Esperada
Lag IDH	Contínua	+
Abertura Comercial	Contínua	+
PIB per capita	Contínua	+
População	Contínua	-
Investimento Externo Direto	Contínua	+

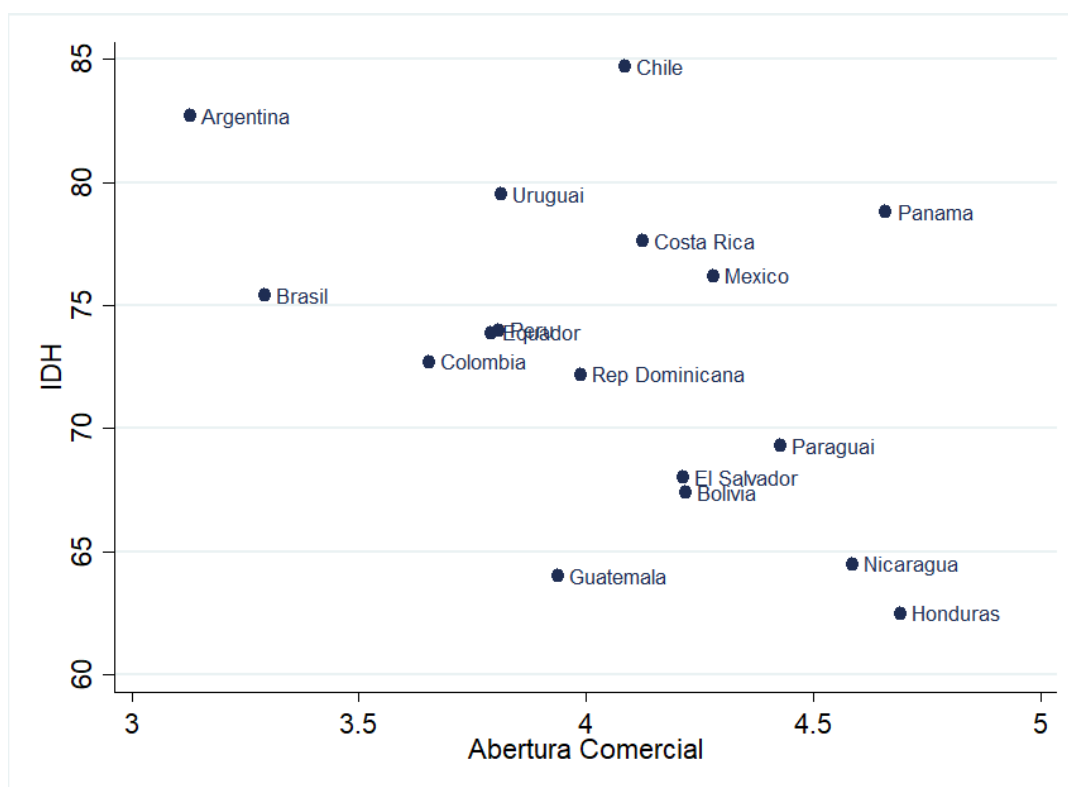
Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 6 – Dispersão – Abertura Comercial e IDH em 2001



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 7 – Dispersão – Abertura Comercial e IDH em 2015



Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 3: Testando a teoria

3.1 Variáveis e suas fontes

Todos os dados a seguir foram colhidos para dezoito países da América Latina entre os anos de 2001 e 20015.⁶

A variável dependente do estudo é o IDH. Os dados utilizados foram retirados da base de dados disponibilizada pelo PNUD. Este indicador foi escolhido pela sua popularidade na literatura, sua comprovada excelência em avaliar o nível de desenvolvimento dentro dos domínios propostos e a possibilidade de comparação entre países. (HAGERTY *et al*, 2001).

A variável explicativa, definida em capítulo anterior, é a abertura comercial. Seguiu-se padrão da literatura em utilizar os valores de importação e exportação sobre o PIB para determinar o grau de abertura.⁷ Esta variável é valiosa para esta análise frente a dualidade entre iniciativas de cunho liberal e desenvolvimentista aplicadas como estratégia para o desenvolvimento no âmbito da América Latina. Os dados para a formulação desta variável foram retirados do banco de dados *World Integrated Trade Solutions* (WITS) do Banco Mundial.

Três foram as variáveis de controle escolhidas. O PIB *per capita* foi utilizado pois possui impacto direto na dimensão de padrão de vida do IDH, medido pelo RNB *per capita*. Além disso, o PIB é indicador importante do nível de desenvolvimento de um país, que possui forte relação com o IDH. Então, utiliza-se esta variável para controlar por essas diferenças como em trabalhos similares.⁸

A população foi escolhida pois pesquisas demonstram que alterações no crescimento populacional estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento. Tratando-se de países em desenvolvimento, que possuem um crescimento populacional acelerado se comparado a países desenvolvidos, esta variável torna-se relevante (BANCO MUNDIAL, 2004). Este controle foi também utilizado em análises anteriores.⁹

A terceira variável de controle é o investimento externo direto (IED) recebido pelos países da série. A escolha do IED deve-se ao reconhecido impacto positivo para o

⁶ Ver lista de países no Apêndice 1.

⁷ Ver DOLLAR; KRAAY (2001); BANCO MUNDIAL (2002).

⁸ Ver TSAI (2007); SAPKOTA (2011).

⁹ Ver SAPKOTA (2011); TSAI (2007).

crescimento econômico, o que possui impactos para o IDH.¹⁰ Este controle é utilizado na literatura para análises similares.^{11 12}

Tendo em conta a diversidade dos valores em questão e visando melhor interpretar a variância dos mesmos, todas as variáveis foram colocadas em escala logarítmica natural, tornando sua observação e comparação mais acessível. O Apêndice 1 apresenta a lista de países analisados e o Apêndice 2 apresenta um quadro com a descrição e fonte de todas as variáveis mencionadas.

3.2 Modelo Empírico

Devido ao corte transversal e temporal dos dados, utilizamos um modelo de regressão com dados em painel dinâmico com o método dos momentos generalizados (GMM) em dois estágios. As vantagens dos dados em painel são sua melhor adequação ao estudo da dinâmica da mundaça, já que observa diversos cortes transversais, assim como sua capacidade de estudar modelos comportamentais mais complexos (GUJARATI, 2006).

Os trabalhos de Arellano Bond (1991), Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) são referências na utilização de dados de painel dinâmico com GMM. Os modelos dinâmicos são justificados nas séries econômicas pois os valores das variáveis tendem a relacionar-se entre elas com seus valores no passado.

Por se tratar de dados em painel, apresenta-se o problema da heterocedasticidade. Isto implica que não é possível utilizar o método de mínimos quadrados ordinários (MQO), já que este pressupõe a homocedasticidade. Portanto, utilizou-se o GMM e o erro padrão robusto para corrigir o problema de heterocedasticidade nos termos de erro. É importante ressaltar que algumas das variáveis escolhidas por tratar-se de valores econômicos apresentam endogeneidade, o que impossibilita a utilização dos métodos de efeitos fixos ou aleatórios, já que estes possuem limitação em lidar com a possível endogenia das variáveis explicativas.

Como a estratégia empírica do trabalho está ancorada em dados de painel, se fez necessária a verificação da existência de raiz unitária na variável dependente antes de se proceder a estimação dos parâmetros. Aplicando-se o teste de raiz unitária Dickey-Fuller

¹⁰ Ver BENGUA; SANCHEZ-ROBLES (2003); LUMBILA (2005).

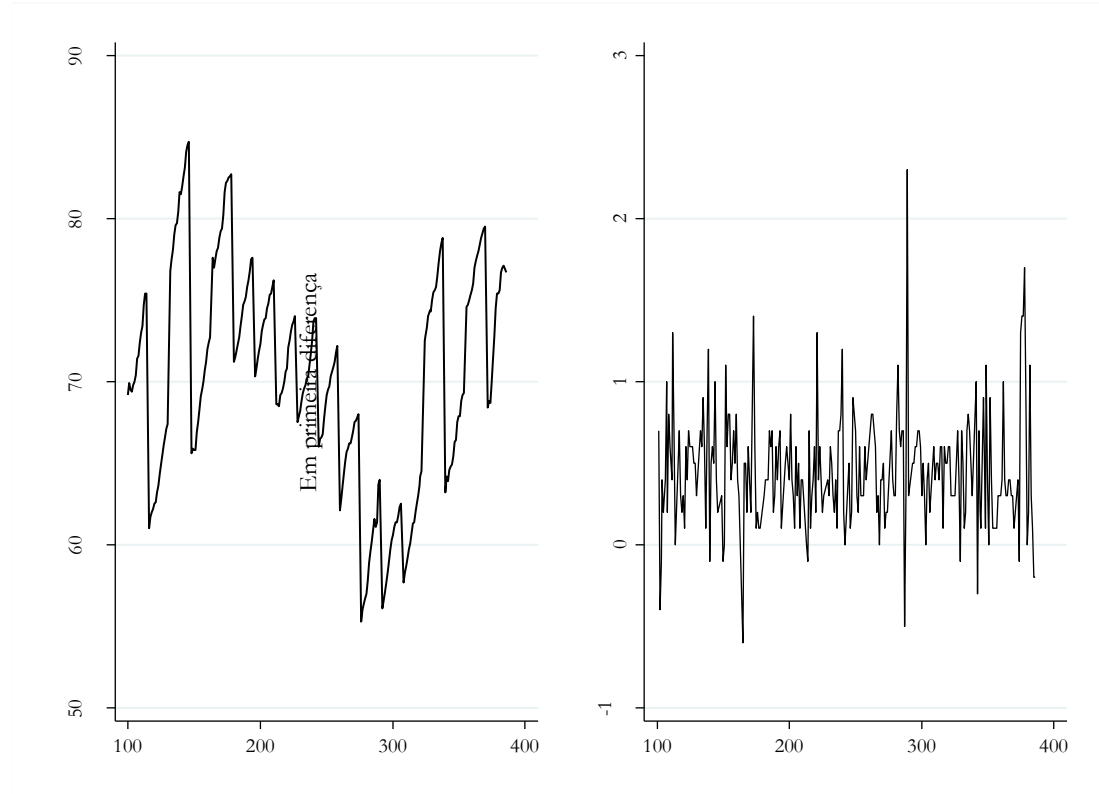
¹¹ Ver MUSTAFA; RIZOV; KERNOHAN (2017).

¹² Ressaltamos haver testado o modelo incluindo variáveis para gastos públicos em saúde e educação, porém a inclusão destas variáveis tornou o modelo instável. O índice de GINI também foi considerado porém não foi possível encontrar dados suficientes para o corte temporal da análise.

para os dados da variável dependente, observou-se que a série tornou-se *estacionária* em primeira diferença, conforme exposto no Gráfico 8 abaixo. Assim, regredindo a variável dependente em primeira diferença (curva à direita do Gráfico 8) evitou-se a geração de parâmetros viesados na regressão.

Gráfico 8 - IDH em Nível e em Primeira Diferença.

Período: 2001 a 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

A equação representativa do modelo dinâmico para o IDH pode ser expressa da seguinte forma:

$$Y_{it} = \beta_0 + \sum_{i=1}^5 \beta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

De forma extensa:

$$Y_{it} = \beta_1[IDH]_{t-1} + \beta_2[lnABERTURA]_{it} + \beta_3[lnPIBpc]_{it} + \beta_4[lnPOP]_{it} + \beta_5[lnIED]_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde Y_{it} equivale à variável dependente; $\sum_{i=1}^5 \beta X_{it}$ representa a matriz de co-variáveis onde encontram-se as variáveis independentes, incluindo a variável dependente defasada e a de interesse; ε_{it} representa o termo de erro; i vai de 1 a 18 correspondendo aos países que compõem o painel, e t varia entre 2001 e 2015, representando os anos contemplado na pesquisa. Prezando pela estabilidade do modelo, não se utilizou a variável da constante.

No Quadro 5 encontram-se os dados descritivos das variáveis em questão.

Quadro 5 – Descrição das variáveis

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.	Omitidas
<i>lnIDH</i>	270	4.246	0.096	4.012	4.439	0
<i>lnAbertura Comercial</i>	268	4.125	0.430	3.084	5.056	2
<i>lnPIB pc</i>	268	8.365	0.732	6.817	9.733	2
<i>lnPopulação</i>	270	16.490	1.131	14.943	19.143	0
<i>lnIED</i>	264	21.378	1.660	15.803	25.339	6

Fonte: Elaboração da autora.

3.3 Resultados e Interpretação

A Tabela 1 mostra as evidências da relação entre abertura comercial e desenvolvimento.

Tabela 1 - Resultados

Variáveis Independentes	Coefficiente	Erro Padrão Robusto
<i>Lag IDH</i>	0.692***	0.057
Abertura Comercial	0.007*	0.004
PIB pc	0.012***	0.002
População	0.077***	0.027
IED	0.001**	0.000
Número de Grupos	18	-
Número de Instrumentos	17	
Wald Chi(5)	10110.33	
Prob > Chi2	0.000	
Número de Observações	223	
Teste auto-correlação (2ª ordem)	0.1026	

*, **, *** - estatisticamente significativo ao nível de 10, 5 e 1 por cento ou menos respectivamente

Observando a Tabela 1 percebe-se que todas as variáveis independentes utilizadas se mostraram significantes em diferentes níveis. Ressaltamos que o teste anula a hipótese de auto-correlação, apresentando o valor de 0.1026 em segundo estágio.

Como esperado, a *lag* do IDH que utilizamos como variável independente foi positivamente significativa para o IDH. Esperava-se que o crescimento da variável no passado incrementasse o valor do IDH. O incremento do IDH em 10% tem um impacto positivo a futuro de 6.9%. Isto é natural, pois se há uma melhora em termos de educação, saúde e renda em um ano, é provável que em anos futuros, *ceteris paribus*, seja possível observar o impacto dessas melhorias na bem-estar da população.

O PIB *per capita* mostrou-se estatisticamente significativo ao nível de 0,01% possui impacto positivo sobre a variável dependente. Um incremento de 10% do seu valor eleva o IDH em 0,12%. Esse resultado corrobora a importância do incremento da renda da população para a promoção do desenvolvimento. Uma melhoria nos níveis de renda pode ter impactos positivos sobre acesso a educação, e melhorar as condições de saúde da população, o que incide sobre as métricas do IDH (PNUD,1990).

A população também mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de 1%. Ao contrário do esperado, a população teve efeito positivo sobre o IDH de 0,77% para um incremento de 10% da população. A discrepância entre a causalidade esperada e o resultado pode ser explicada pela amostra reduzida de países utilizada. Além disso, nos trabalhos mencionados anteriormente que utilizaram população como variável de controle aplicou-se o dado de crescimento populacional, diferente do valor absoluto que utilizamos. Outro fator a considerar é que os países mais populosos como Brasil, México e Argentina possuíam valores de IDH mais altos do que países menores como Honduras, Nicaragua, Guatemala, El Salvador, Bolívia e Paraguai. Isto pode ter causado uma inclinação positiva para população.¹³

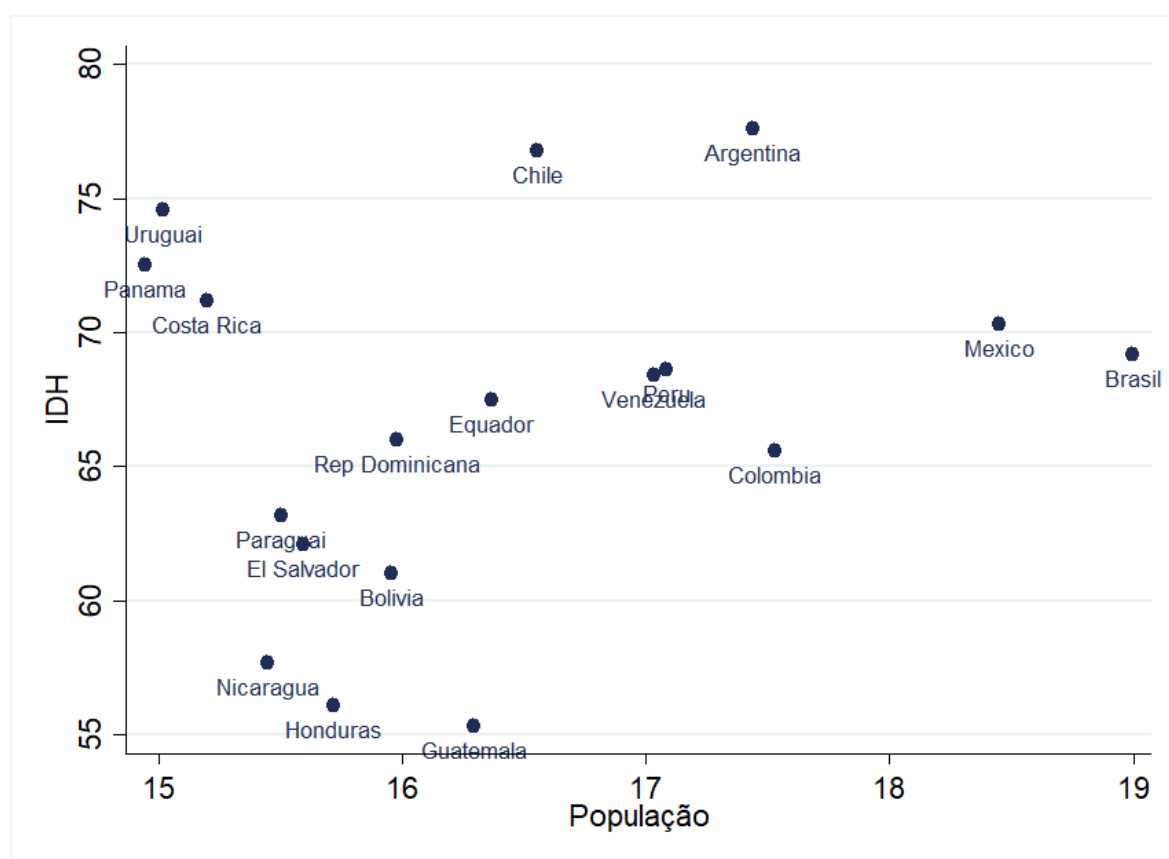
O IED mostrou-se significativo a 5%. Uma elevação de 10% do IED acarreta um incremento de 0,01% no IDH. A região ainda atrai baixo volume de investimentos. Apesar do volume estar em uma crescente desde 2000 e alcançar seu pico em 2011, decresce desde então devido à estagnação econômica, instabilidade e baixa no preço dos *commodities*. Além disso, o investimento recebido pelos países da região não supera uma pequena parcela de 13% do total dos fluxos de investimento globais (UNCTAD, 2017). É possível que o IED

¹³ Ver Gráfico 8 e 9

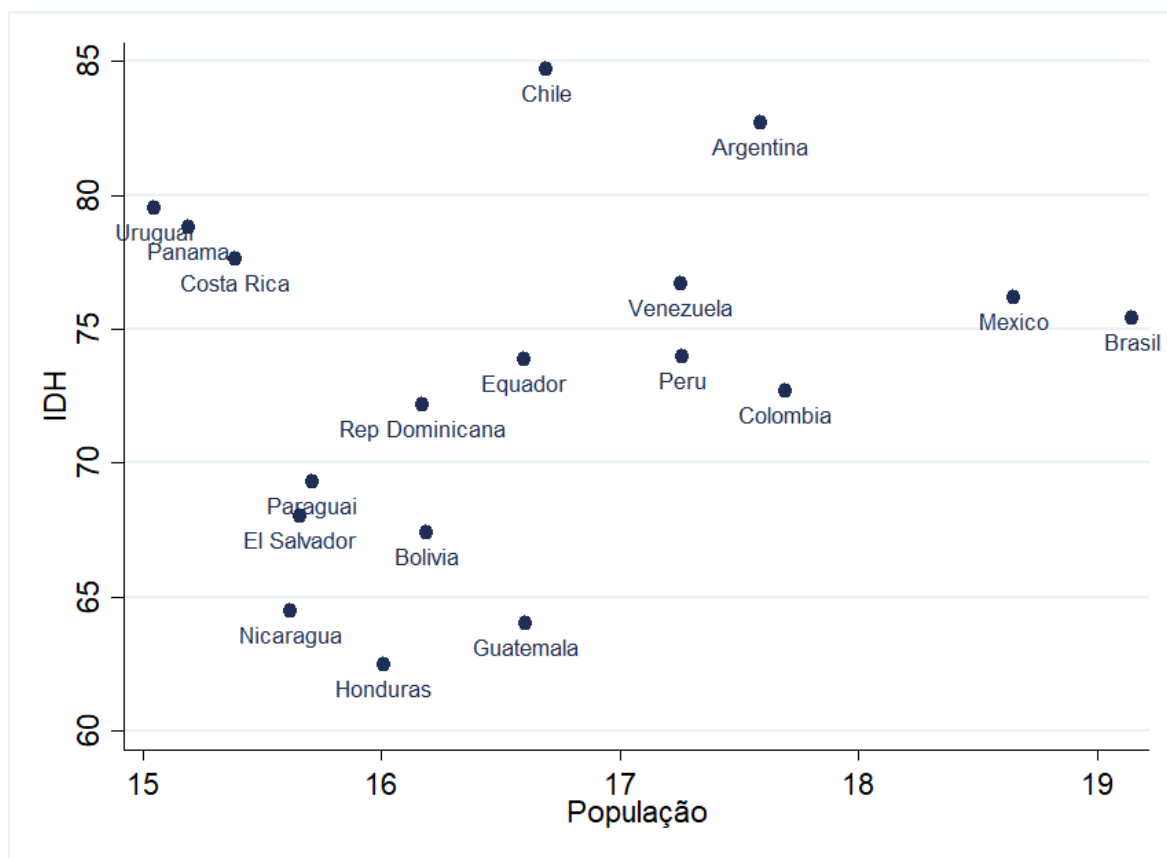
impacte de forma mais contundente países que recebam um volume mais alto de investimento. Também se faria útil uma análise do tipo e forma de emprego do investimento recebido por esses países.

A *abertura comercial*, a variável de interesse, apresentou significância a 10%. O resultado revela que um incremento de 10% na *abertura comercial* eleva em 0,07% o IDH. Corroboramos resultados de trabalhos anteriores mencionados que afirmam a relação positiva entre *abertura comercial* e o IDH. É possível afirmar empiricamente que a globalização, em sua dimensão da abertura comercial produz efeitos positivos sobre o bem-estar para a série de países e recorte temporal contemplados na análise.

Gráfico 9 – Dispersão de População e IDH em 2001



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 10 – Dispersão de População e IDH em 2015

Fonte: Elaboração da autora

3.4 Considerações finais

No contexto de opiniões contrapostas sobre os efeitos da globalização econômica sobre o bem-estar apresentadas nesse trabalho, presente também no processo de integração da América Latina, este trabalho buscou testar os argumentos a favor da globalização econômica, representada aqui pela *abertura comercial*, como promotora de bem-estar, representado pelo IDH.

Foram utilizados dados para dezoito países da América Latina entre os anos de 2001 e 2015. As variáveis de controle utilizadas foram a *lag* do IDH, PIB *per capita*, população e IED. Utilizou-se para a análise um modelo de regressão com dados em painel dinâmico com o método dos momentos generalizados (GMM) em dois estágios, modelo adequado para lidar com a endogeneidade das variáveis explicativas selecionadas, assim como a heterocedasticidade presente nos dados. Todas as variáveis interagiram de forma significativa e positiva com o IDH, inclusive a variável de interesse, a abertura comercial.

O resultado ecoa trabalho anterior de Sapkota (2011), onde globalização econômica obteve impacto positivo significativo para o IDH. Além desse, confirma-se também os resultados obtidos por Mbabazi (2017), Nourzad e Powell (2003) Ramzi e Yavari (2013) e Kabadayi (2013) que analisam também os impactos da abertura comercial sobre o IDH.

Uma limitação importante dessa análise foi a ausência de variáveis de controle referentes às possíveis intervenções estatais na promoção do bem-estar. A tentativa de incluir variáveis como gastos públicos com educação e saúde tornaram o modelo instável, o que impossibilitou sua inserção. Também houve a tentativa de incluir o índice de Gini para controlar pela desigualdade, porém não foi possível obter dados suficientes para tornar essa inclusão viável. A inclusão dessas variáveis em análises futuras agregariam valor ao modelo.

Para análises futuras recomenda-se ainda ampliar a amostra de países e recorte temporal. Recomenda-se também a inclusão de uma variável de bem-estar subjetiva, como o índice de felicidade registrado pelo *World Happiness Report* (2018), que não foi utilizado nesta ocasião por insuficiência de dados. Além dos componentes objetivos de desenvolvimento como renda e expectativa de vida, este índice inclui percepção da corrupção, sensação de liberdade para realizar escolhas e generosidade, criando assim uma perspectiva de bem-estar mais holística.

Propõe-se ainda a realização de estudos de caso dos países da amostra para aprofundar a análise e assim viabilizar recomendações de políticas públicas condizentes.

Apesar de suas limitações, os resultados demonstram-se relevantes, pois fazem eco a resultados obtidos em trabalhos anteriores. Podemos afirmar que a globalização econômica, no que tange a sua dimensão comercial, produz efeitos positivos sobre o bem-estar para a série de países e recorte temporal desse trabalho. Países que adotem políticas comerciais protecionistas podem estar privando seus cidadãos dos benefícios advindos do processo de liberalização.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização**. Brasília: Edição do Autor, 2009.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, v. 58, n. 2, p. 277-97, 1991.

ARELLANO, M.; BOVER, O. Another look at the instrumental variable estimation of error components models. *Journal of Econometrics*, v. 68, n. 1, p. 29-51, 1995.

ARÉVALO LUNA, Guillermo Alexander. **La Alianza Pacífico: geopolítica e integración económica**. *Revista Vía Iuris*, n. 16, 2014.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2004**. Washington, US: World Bank, 2004. Disponível em: <
<http://documents.worldbank.org/curated/pt/517231468762935046/pdf/289690PAPER0WDI02004.pdf>>. Acesso em 15 de maio 2018.

BENGOA, Marta; SANCHEZ-ROBLES, Blanca. Foreign direct investment, economic freedom and growth: new evidence from Latin America. **European journal of political economy**, v. 19, n. 3, p. 529-545, 2003.

BHAGWATI, Jagdish N. **Proteccionismo versus comércio livre**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.

BHAGWATI, Jagdish N. **In defense of globalization**. Oxford University Press, 2004.

BHAGWATI, Jagdish N. **Free trade today**. Princeton University Press, 2003.

BLUNDELL, R; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998

CIA, Elia Elisa Mancini (2012). *O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

COSTA, Saulo Felipe (2016). *Ciclos políticos partidários e desigualdade na América Latina: Evidências empíricas para os governos de esquerda (1994-2013)*. Tese de Doutorado. Recife: UFPE.

DAHL, Robert A.; LINDBLOM, Charles E. **Welfare**. New York, p. 341-344, 1953.

DA VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Editora Garamond, 2005.

DAVIES, Antony; QUINLIVAN, Gary. **A panel data analysis of the impact of trade on human development**. *The Journal of Socio-Economics*, v. 35, n. 5, p. 868-876, 2006.

DOLLAR, David; KRAAY, Aart. **Trade, growth, and poverty**. *The Economic Journal*, v. 114, n. 493, 2004.

- EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora, v. 34, 2000.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. **The Key Concepts: Globalization**. Berg. 2007.
- FAJGELBAUM, Pablo D.; KHANDELWAL, Amit K. **Measuring the unequal gains from trade**. The Quarterly Journal of Economics, v. 131, n. 3, p. 1113-1180, 2016.
- FMI. **Globalization: A brief overview**. Fundo Monetário Internacional, 2008.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1990.
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Tradução Maria José Cyhlar Monteiro. 2006.
- HAGERTY, Michael R. et al. **Quality of life indexes for national policy: Review and agenda for research**. Social indicators research, v. 55, n. 1, p. 1-96, 2001.
- HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola, 2008.
- HAYEK FRIEDRICH, A. **The constitution of liberty**. 1960
- HELD, D.; MCGREW, A.. **The Global Transformation Reader**. Cambridge: Polity Press. 2000.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, p. 1914-1991, 1998.
- KABADAYI, Burhan. **Human development and trade openness: A case study on developing countries**. Advances in Management and Applied Economics, v. 3, n. 3, p. 193, 2013.
- KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. Globalization: **What's new? What's not? (And so what?)**. Foreign policy, p. 104-119, 2000.
- KEYNES, John Maynard. **The general theory of money, interest and employment**. Reprinted in The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. 7, 1936.
- KRASNER, Stephen D. **Compromising Westphalia. International security**, v. 20, n. 3, p. 115-151, 1995
- LUMBILA, Kevin N. **What Makes FDI Work?: A Panel Analysis of the Growth Effect of FDI in Africa**. World Bank, 2005.
- MUSTAFA, Ghulam; RIZOV, Marian; KERNOHAN, David. Growth, human development, and trade: The Asian experience. **Economic Modelling**, v. 61, p. 93-101, 2017.
- MBABAZI, Grace. **The impact of trade on human development in Sub-Saharan Africa (SSA)**. 2017.
- NEVES, Jorge A. e FERNANDES, Daniela C. (2009). “Pós-fordismo e Retorno Salarial do Investimento em Capital Humano na Agropecuária Brasileira.” In: NEVES *e.al.*

(Orgs.). *Educação, Trabalho e Desigualdade Social*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora. pp.: 173-189

NOURZAD, Farrokh; POWELL, Jennifer J. **Openness, growth, and development: Evidence from a panel of developing countries**. Scientific Journal of Administrative Development, 2003.

NYE JR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2009.

PIMENTEL, D. A. V.; AYMAR, I. Macías; LAWSON, M. **Reward Work, Not Wealth. Oxfam Briefing Paper**. URL: <https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file_attachments/bp-reward-worknot-wealth-220118-en>. Pdf. Acesso 5 de maio, 2018.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano: Definição e medição do desenvolvimento humano**. PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>>. Acesso em 4 de abril de 2018.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2016>>. Acesso em 12 de abril de 2018.

RAZMI, Seyed Mohammad Javad; YAVARI, Zahra. **Reviewing the effect of trade openness on human development**. Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business, v. 4, 2012.

ROBERTSON, Roland. **Globalização: teoria social e cultura global**. Editora Vozes, 2000.

SAPKOTA, Jeet Bahadur. Globalization and human aspect of development in developing countries: Evidence from panel data. **Journal of globalization Studies**, v. 2, n. 1, p. 78-96, 2011.

STANTON, Elizabeth A. **The human development index: A history**. PERI Working Papers, p. 85, 2007.

SEN, Amartya; MOTTA, Laura Teixeira; MENDES, Ricardo Doninelli. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações– investigação sobre sua natureza e causas**. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Abril, 1983.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, v. 2, n. 2, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. **Making globalization work**. WW Norton & Company, 2007.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

TSAI, Ming-Chang. Does globalization affect human well-being?. **Social Indicators Research**, v. 81, n. 1, p. 103-126, 2007.

UNCTAD. **World Investment Report 2017**. Geneva, 2017. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2017_en.pdf>. Acesso em 7 maio 2018.

Apêndice 1 – Lista de Países

1. Argentina
2. Bolívia
3. Brasil
4. Chile
5. Colômbia
6. Costa Rica
7. El Salvador
8. Equador
9. Guatemala
10. Honduras
11. México
12. Nicaragua
13. Panamá
14. Paraguai
15. Perú
16. República Dominicana
17. Uruguai
18. Venezuela

Apêndice 2 – Quadro Descritivo das Variáveis

Variável	Descrição	Fonte
IDH	O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.	Site do PNUD – RDH 2016: < http://hdr.undp.org/en/data > Acesso: 21/03/2018
Abertura Comercial	Importação e exportação de bens e serviços sobre o PIB da economia reportada.	Site <i>World Integrated Trade Solution</i> (WITS) – Banco Mundial: < https://wits.worldbank.org > Acesso: 27/03/2018
População	População total é baseada na definição <i>de facto</i> da população, que conta todos os residentes, independentemente do estatuto legal ou cidadania. Os valores mostrados são estimativas do meio do ano.	Banco Mundial: < https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL > Acesso: 27/03/2018
PIB per capita	Valor do PIB retirado do WITS dividido pelo número de população extraído do Banco Mundial.	Site <i>World Integrated Trade Solution</i> (WITS) e Banco Mundial: < https://wits.worldbank.org > e < https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL > Acesso: 27/03/2018
Investimento Externo Direto	Investimento direto estrangeiro refere-se a fluxos de capital direto de investimento na economia reportada. É a soma do capital acionário, reinvestimento de lucros e outros capitais. O investimento direto é uma categoria de investimento transfronteiriço associada a um residente numa economia com controle ou um grau significativo de influência na gestão de uma empresa residente noutra economia. A propriedade de 10% ou mais das ações ordinárias do capital votante é o critério para determinar a existência de uma relação de investimento direto.	Site Banco Mundial: < https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD > Acesso: 27/03/2018